

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.020 - SC (2019/0137856-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : DEBORAH MEKACHESKI PEREIRA - SC033565  
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SC030932  
ANGELLO RIBEIRO ANGELO - BA039592  
CAIO SOUZA MORAES - BA050358  
**AGRAVANTE** : ROGÉRIO PEREIRA  
**AGRAVANTE** : ANA MARIA BITTENCOURT PEREIRA  
**ADVOGADOS** : LUCIANO DUARTE PERES - SC013412  
ADRIANA LIBERALI - SC012877  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela BANCO DO BRASIL SA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 253):

*APELAÇÕES CÍVEIS. REVISIONAL E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. ANÁLISE CONJUNTA. ENVIO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO (SCR). DESNECESSIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PREVISÃO EXPRESSA DE INCIDÊNCIA EM PERIODICIDADE MENSAL. MORA CARACTERIZADA PELA MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS DA NORMALIDADE. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. MANUTENÇÃO DA TAXA PACTUADA. REFORMA DA SENTENÇA NO TOCANTE À COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS*

# Superior Tribunal de Justiça

## EXTRAJUDICIAIS. RECURSO DA REVISIONAL PARCIALMENTE PROVIDO PARA TAL FIM. APELO DA EXECUÇÃO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 104 e 188, I do Código Civil, sustenta que possui o exercício regular do direito de *"cobrança de débito inadimplido, em conformidade com os termos ajustados em determinado negócio jurídico"* (e-STJ, fl. 336)

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial sob argumento de que *"a parte recorrente não explicitou, precisamente, de que forma os referidos artigos foram violados pela decisão objugada, inviabilizando assim, a exata compreensão da controvérsia"* (Súmula 284 do STF).

Ainda sob argumento de que *"a insurgência deve ser inadmitida pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em relação aos tópicos "da não ocorrência de ato ilícito"; "do contrato de adesão"; "da função social do contrato"; "do ato jurídico perfeito"; "da legalidade e composição dos encargos financeiros"; "princípio do pacta sunt servanda"; "da aplicação do Código de Defesa do Consumidor e das cláusulas abusivas"; "da taxa de juros, capitalização e de encargos contratuais"; "dos juros remuneratórios"; "do juros de mora"; "capitalização dos juros"; "da legalidade da comissão de*

*permanência cumulada com os demais encargos moratórios"; e "da sucumbência", por óbices das Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.*

Entretanto, verifica-se que o agravante não impugnou, nenhum dos fundamentos da decisão de admissibilidade referentes aos óbices das Súmulas 283 e 284 do STF, não havendo qualquer impugnação suficiente e satisfatória referente a tais pontos.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

**PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.**

*1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.*

*2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.*

*Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.*

*3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.*

*4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.*

*5. Embargos de divergência não providos.*

*(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)*

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**